Relatório de Apresentação do Orçamento de 2017

I - INTRODUÇÃO

1. Enquadramento Geral e Contexto Macroeconómico

A elaboração da presente proposta de orçamento assume os pressupostos macroeconómicos em que se baseou a proposta de Orçamento de Estado para 2017. As atuais projeções do FMI para a economia mundial apontam para um ligeira uma melhoria em 2017 (de 3,1% para 3,4%), ainda assim, face às previsões de primavera de 2016, o crescimento do PIB mundial para 2017 foi revisto em baixa. A deterioração assenta nas piores perspetivas das economias avançadas em virtude do aumento da incerteza no plano económico, político e institucional decorrente do resultado do referendo no Reino Unido e da instabilidade dos mercados financeiros. Para os países emergentes, as expectativas de crescimento mantiveram-se inalteradas para 2017, realçando-se um desempenho melhor do que o inicialmente esperado para a Rússia e Brasil, em parte devido à recuperação do preço do petróleo. A aceleração do crescimento da economia mundial prevista para 2017 reflete uma melhoria das economias emergentes, dado que o ritmo de crescimento das economias avançadas deverá apenas melhorar ligeiramente. Na área do euro perspetiva-se uma desaceleração do crescimento em 2017 que continuará a ser apoiado por um crescimento moderado da procura interna. A procura externa tenderá a ser mais contida, em parte, devido à previsão da deterioração do fluxo de importações do Reino Unido. O investimento residencial deverá registar uma recuperação moderada apoiado pela aceleração do rendimento disponível nominal e por taxas hipotecárias muito baixas. A retoma do investimento empresarial deverá persistir devido às expectativas favoráveis quanto à produção, do aumento da taxa de utilização da capacidade produtiva e da melhoria esperada das condições de financiamento de empréstimos bancários.

Para 2017, prevê-se um crescimento do PIB de 1,5%, reflexo da manutenção de um contributo positivo da procura interna, conjugado com um contributo positivo da procura externa líquida A dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da atividade económica. Por um lado, a evolução do consumo privado acompanha as perspetivas para as remunerações e rendimento disponível real, não se perspetivando impactos relevantes na taxa de poupança. Esta projeção assenta na melhoria das condições do mercado de trabalho, nos baixos preços de petróleo, na amenização do endividamento das famílias, bem como por medidas orçamentais relevantes. A FBCF deverá manter-se como a componente mais dinâmica da procura interna. O aumento do investimento empresarial, na componente de máquinas e equipamentos, traduz a necessidade de aumentar a capacidade produtiva, bem como a sua atualização. Tal perspetiva é consonante com o crescimento esperado no emprego, com o aumento da procura global e com a progressiva normalização das condições de financiamento em resultado da estabilização do sector bancário encetada nos últimos meses por este

Governo. Em linha com a procura externa relevante, antecipa-se uma aceleração das exportações, sem ganhos de quota de mercado, bem como um menor diferencial entre o deflator das exportações e das importações. Assim, é de esperar que o ajustamento das contas externas persista: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar- se em 2,2% aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, ao mesmo tempo que a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1% do PIB, reforçando o resultado de 2016. A taxa de desemprego deverá situar-se em 10,3% (-0,9 p.p. face ao esperado para 2016 e -2,1 p.p. face a 2015). A redução do desemprego deverá ser acompanhada por um aumento da produtividade aparente do trabalho e por um crescimento do emprego ligeiramente superior ao estimado para 2016. Espera-se, ainda, que a distribuição sectorial do emprego continue a refletir a reafectação de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transacionáveis para os sectores de bens transacionáveis. No conjunto, a evolução da população empregada e desempregada resultará numa estabilização da população ativa. O consumo público deverá reduzir-se, resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública. As alterações de política salarial deverão continuar a materializar num impacto positivo no deflator. A inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá atingir os 1,5% em 2017 (0,8% em 2016), num contexto desequilíbrio de tensões – quer inflacionistas, quer deflacionistas – nos mercados internacionais de commodities. Esta subida da inflação em cerca de 0,7 p.p. face a 2016 traduzirá uma maior pressão ascendente sobre os preços. Para tal contribui a melhoria da procura interna e uma redução do hiato do produto, a aceleração das remunerações por trabalhador associado à reposição dos cortes salariais na Administração Pública, bem como a relativa estabilização do preço dos bens energéticos após a quebra registada no ano precedente. O diferencial face à evolução dos preços no conjunto da área do euro deverá permanecer positivo (+0,3p.p.).

2. Premissas e prioridades do orçamento do Município de Lousada

O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais da política orçamental deste Município. Neste enquadramento, o controlo da dívida total, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural.
A proposta de orçamento do Município de Lousada para o ano de 2017, tem em conta esses pressupostos, o contexto macroeconómico descrito anteriormente, bem como as prioridades do atual executivo, definidas no início do seu mandato.
Os princípios orientadores que lhe estão subjacentes são os seguintes:
1. Rigor e prudência nos pressupostos, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita**;**
2. Gestão cuidadosa, transparência e rigor nas contas;
3. Concentração de meios na Coesão Social, Economia e Emprego e Cultura e o Desenvolvimento, áreas em que a atuação do Município é relevante e decisiva para a qualidade de vida dos cidadãos;
Por opção de gestão, para o orçamento de 2016, o Município de Lousada fixou a taxa do IMI abaixo do limite máximo estabelecido pelo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), em 0,325% em vez de 0,5% e a atribuir uma redução de 20% para as famílias com 3 ou mais filhos. Para o orçamento de 2017, e tendo em consideração a conjuntura económica e financeira nacional, bem como os esforços financeiros

adicionais que têm sido exigidos aos cidadãos, conjugado com o equilíbrio financeiro que este Município conseguiu, propõe-se reduzir novamente a taxa do IMI para 0,3% e a atribuir uma redução de 70 € para as famílias com 3 ou mais filhos.
Pretende-se ainda manter a redução em 1 p.p. do valor a que o Município tinha direito da coleta de IRS dos seus munícipes.
O Município continua a não cobrar a taxa da derrama às empresas em sede de IRC.
A previsão das rubricas de receita segue as regras genéricas previstas no POCAL.

3. Apresentação Geral do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 30,287 milhões de euros. A receita corrente atingirá um montante de 23,783 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 21,098 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 6,503 milhões de euros para uma despesa de capital de 9,188 milhões de euros.

Q.1 - Receitas e Despesas por classificação económica

Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes	23.783.857,75	78,5	**Despesas Correntes**	20.905.679,33	69,7
Impostos diretos	4.414.354,71	14,6	Despesas com pessoal	9.958.709,03	32,9
Impostos indiretos	254.456,41	0,8	Aquisição de bens serviços	8.312.721,91	27,4
Taxas, multas e outras penalidades	1.365.129,46	4,5	Juros e outros encargos	174.000,00	0,6
Rendimentos de propriedade	5.736,39	0,0	Transferências correntes	2.286.412,90	7,5
Transferências correntes	12.837.027,06	42,4	Subsídios	170.000,00	0,6
Venda de bens e serviços correntes	4.452.153,72	14,7	Outras despesas correntes	196.757,40	0,6
Outras receitas correntes	455.000,00	1,5			
Receitas de Capital	6.503.257,25	21,5	**Despesas de Capital**	9.188.513,76	30,3
Venda de bens de investimento	262.750,06	0,9	Aquisição de bens de capital	7.440.865,23	24,6
Transferências de capital	1.547.299,19	5,5	Transferências de capital	790.863,53	2,6
Passivos financeiros	4.508.208,00	14,9	Ativos financeiros	131.785,00	0,4
Outras receitas de capital	75.000,00	0,2	Passivos financeiros	825.000,00	2,7
Total	30.287.115,00	100,0	**Total**	30.287.115,00	100,0

Em termos de receita, destaca-se a o peso das transferências correntes, bem como da venda de bens e serviços correntes e impostos diretos que no seu conjunto representam mais de 70% do total. No que se refere à despesa destaca-se o peso dos da aquisição de bens de capital, encargos com pessoal e da aquisição de bens e serviços que representam, em conjunto mais de 80 % do total da despesa.
Em termos relativos verifica-se que a receita corrente representa 78,5%, enquanto a receita de capital representa 21,5% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 69,7%; em contrapartida, a despesa de capital ascende a 30,3% da despesa total, valor superior ao ano anterior.

II – PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

Em 2017 prevê-se que a receita municipal seja de 30,287 milhões de euros, representando um aumento de 12,9% relativamente ao ano anterior. Verifica-se, assim, que as receitas totais têm um aumento superior a 3 milhões de euros com relevo para as receitas de capital.

Q.2 - Receita por classificação económica

Designação da Rubrica	2016		2017		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	22.794.964,94	84,9	23.783.857,75	78,5	988.892,81	4,3
Impostos diretos	4.534.145,29	16,9	4.414.354,71	14,6	-119.790,29	-2,6
Impostos indiretos	205.441,82	0,8	254.456,41	0,8	49.014,58	23,9
Taxas, multas e outras penalidades	1.122.722,14	4,2	1.365.129,46	4,5	242.407,32	21,6
Rendimentos de propriedade	14.302,63	0,1	5.736,39	0,0	-8.566,24	-59,9
Transferências correntes	12.188.598,57	45,4	12.837.027,06	42,4	648.428,49	5,3
Venda de bens e serviços correntes	4.274.754,49	15,9	4.452.153,72	14,7	177.399,23	4,1
Outras receitas correntes	455.000,00	1,7	455.000,00	1,5	0,0	0,0
Receitas de Capital	4.042.035,06	15,1	6.503.257,25	21,5	2.461.222,19	60,9
Venda de bens de investimento	550.500,00	2,1	262.750,06	0,9	-287.749,94	-52,3
Transferências de capital	1.928.327,06	7,2	1.547.299,19	5,5	-271.027,87	-14,1
Passivos financeiros	1.513.208,00	5,6	4.508.208,00	14,9	2.995.000,00	197,9
Outras receitas de capital	50.000,00	0,2	75.000,00	0,2	25.000,00	50,0
Total	26.837.000,00	100,0	30.287.115,00	100,0	3.450.115,00	12,9

A receita corrente apresenta um aumento de 4,3% relativamente ao ano de 2016, essencialmente pelo efeito das transferências correntes e da venda de bens e serviços correntes que aumentam mais de 700 mil euros.

III – PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2017, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 30,287 milhões de euros, a que corresponde um aumento de 12,9% relativamente ao ano transato.

Q.3 - Despesa por classificação económica

Designação da Rubrica	2016		2017		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	20.905.679,33	77,9	21.098.601,24	69,7	192.921,91	0,9
Despesas com pessoal	9.683.327,92	36,1	9.958.709,03	32,9	275.381,11	2,8
Aquisição de bens e serviços	8.648.330,02	32,2	8.312.721,91	27,4	-335.608,11	-3,8
Juros e outros encargos	169.000,00	0,6	174.000,00	0,6	5.000,00	2,9
Transferências correntes	2.035.643,64	7,6	2.286.412,90	7,5	250.769,26	12,3
Subsídios	175.000,00	0,7	170.000,00	0,6	-5.000,00	-2,9
Outras despesas correntes	194.377,75	0,7	196.757,40	0,6	2.379,65	1,2
Despesas de Capital	5.931.320,67	22,1	9.188.513,76	30,3	3.257.193,09	54,9
Aquisição de bens de capital	3.888.553,16	14,5	7.440.865,23	24,6	3.552.312,07	91,3
Transferências de capital	850.982,51	3,2	790.863,53	2,6	-60.118,98	-7,1
Ativos financeiros	131.785,00	0,5	131.785,00	0,4	0,00	0,0
Passivos financeiros	1.060.000,00	3,9	825.000,00	2,7	-235.000,00	-22,1
Outras despesas de capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	54,9
Total	26.837.000,00	100,00	30.287.115,00	100,00	2.269.653,35	12,9

2. Despesas correntes

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2016.

3. Despesas de capital

As despesas de capital com um peso no orçamento de 2017 bastante superior ao de 2016 pois houve um aumento considerável de alguns investimentos.

3.1. Aquisição de bens de capital

Este agrupamento económico, apresenta um valor orçado de 7,440 milhões. Neste ano prevê-se essencialmente obras na rede viária, de iluminação pública e equipamentos desportivos. Quanto a investimentos em outras áreas que estão previstos com valores a definir no PPI, estes serão inscritos logo que assegurado o seu financiamento, o que pode levar a um aumento significativo das despesas de investimento.

Q.4 – Investimento global por classificação económica

Natureza Económica	2016	2017	Variação
	Valor	Valor	Valor
Aquisição de Bens de Capital			
Investimentos			
Terrenos	563.075,03	96.000,00	-467.075,03
Habitações			
Reparação e beneficiação	20.000,00	22.000,00	2.000,00
Edifícios			
Instalação de serviços	138.500,00	199.518,70	61.018,70
Instalações desportivas e recreativas	185.509,0	100.000,00	-85.509,00
Escolas	119.800,00	142.000,00	22.200,00
Outros	45.000,00	75.000,00	30.000,00
Construções diversas			
Instalações desportivas e recreativas	90.000,00	1.198.859,94	1.108.859,94
Material de Transporte			
Outro	30.000,00	15.500,00	-14.500,00
Equipamento de informática	60.819,13	66.086,52	5.267,39
Software informático	25.500,00	58.819,28	33.319,28
Equipamento administrativo	7.000,00	7.000,00	0,00
Equipamento básico			
Outro	176.900,00	174.448,97	-2.451,03
Locação financeira			
Material de transporte	90.050,00	140.000,00	49.950,00
Maquinaria e equipamento	500,00	70.000,00	69.500,00
Bens de domínio público			
Outras construções e infra-estruturas			
Viadutos, arruamentos e obras complementares	450.900,00	3.182.331,82	2.731.431,82
Sistemas de drenagem de águas residuais	230.000,00	305.000,00	75.000,00
Iluminação pública	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
Parques e jardins	5.000,00	6.000,00	1.000,00
Captação e distribuição de água	80.000,00	20.000,00	-60.000,00
Viação rural	40.000,00	25.000,00	-15.000,00
Infraestruturas para distribuição de energia elétrica	30.000,00	37.300,00	7.300,00
Total	3.888.553,16	7.440.865,23	3.552.312,07

As variações mais significativas são em viadutos, arruamentos e obras complementares e instalações desportivas e recreativas.

3.2 Transferências de capital

Para as transferências de capital prevê-se o valor de 790 mil euros, ligeiramente inferior ao do ano de 2016.

IV – ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O ORÇAMENTO MUNICIPAL

Para além deste relatório o Orçamento Municipal é constituído pelo Mapa Resumo das Receitas e das Despesas, Mapa das Receitas e Despesas desagregadas pela classificação económica e orgânica e pela Norma de Execução Orçamental em cujo articulado se encontra a autorização prévia pelo órgão deliberativo para a assunção de compromissos plurianuais prevista no art.º 12.º do Decreto- Lei 127/2012 de 21 de Junho.

V – QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL - ART.º 44 DA LEI 73/2013

Em Anexo